

ASSESSORIA JURÍDICA

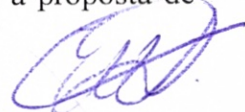
PARECER Nº 031/2023

PROCESSO Nº 021-2023

**APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA.
CONTRATAÇÃO DA EMPRESA
BUSATTO & LANG CONSULTORIA E
ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA,
PARA APRESENTAÇÃO MUSICAL DA
BANDA EDU FARIAS, NO DIA
28/02/2023. INEXIGIBILIDADE DE
LICITAÇÃO. POSSIBILIDADE.
INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 25, III DA
LEI FEDERAL Nº 8.666/93 COM
POSTERIORES ALTERAÇÕES.**

A Secretaria da Administração e Planejamento encaminhou a esta Assessoria Jurídica, pedido de Parecer referente ao Processo nº 021/2023 objetivando a **CONTRATAÇÃO DA EMPRESA BUSATTO & LANG CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, PARA APRESENTAÇÃO MUSICAL DA BANDA EDU FARIAS, NO DIA 28/02/2023, EM COMEMORAÇÃO ALUSIVA AO 68º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO. CONTRATAÇÃO POR MEIO DE REPRESENTANTE EXCLUSIVO**, conforme solicitação da Secretaria de Educação, Cultura, Turismo e Desporto – SECTD.

No pedido de contratação, apresentado pela SECTD por meio do Memorando Interno nº SE 270, de 17 de fevereiro de 2023, é apresentada a proposta de



contratação por intermédio da empresa BUSATTO & LANG COSULTORIA E ASSESSORAMENTO EMPRESARIAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 38.118.958/0001-54, com sede na cidade de Chapecó - RS, constando também Contrato de Exclusividade, além de documentos da Junta Comercial, contrato social e certidões negativas. O contrato prevê a exclusividade da representação do artista Edu Farias, para contratação de apresentações, pelo prazo de dois anos, a contar de 10 de fevereiro de 2023.

Segundo informação prestada pela Secretaria da Fazenda, existe dotação orçamentária, na Ação 2010 (Festividades e Eventos do Município), Despesa 3.3.90.39 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica), Recurso 1 (Recurso Livre).

O valor total da contratação será de R\$ 32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais).

A Assessoria Jurídica, na esteira da Legislação sobre o assunto, responde à questão.

O artista a ser contratado possui renome regional e nacional, alcançando prestígio e reconhecido pelo público, estando dentro dos propósitos da comemoração do 68º aniversário do Município de Ibirubá, atividade que está com histórico de realizações e sucesso junto à comunidade local e regional.

Pelas características do artista a ser contratado, a forma de contratação e o valor de orçamento para a realização do show artístico, entende esta Assessoria que configura a hipótese de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** prevista no artigo 25, III, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, a seguir transcrito:

Art. 25 É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

III – para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Da leitura do dispositivo, pode-se depreender a existência de três pressupostos legais para a regularidade da inexigibilidade de licitação no caso de contratação de artistas, a saber:

- Que o serviço seja de um artista profissional;
- Que a contratação seja realizada diretamente ou mediante empresário exclusivo;
- Que o artista seja consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

No presente caso, pelos documentos acostados aos autos, verifica-se que estão atendidos tais requisitos, uma vez que o artista, possui reconhecimento público e no meio artístico e, ainda, que a contratação se dará por meio de empresa com direitos exclusivos de representação, conforme documentos dos Autos, além de que o valor a ser adimplido pelo município está aquém dos valores cobrados por artistas para outras apresentações similares.

Sobre a questão, assim dispôs o Tribunal de Contas da União:

“...Quando contratar a realização de cursos, palestras, apresentações, shows, espetáculos ou eventos similares, demonstre, a título de justificativa de preços, que o fornecedor cobra igual ou similar preço de outros com quem contratava para evento de mesmo porte ...”(Processo Nº 019.378/2003-9. Acórdão nº 819/2005 – Plenário. Relator: Ministro Marcos Bemquerer. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 jun. 2005)

Quanto à regularidade fiscal, se constata pelos documentos anexados aos autos que a empresa se encontra em situação regular, não apresentando nenhum impedimento para a contratação.

Neste sentido, entende esta Assessoria ser viável a contratação do show.

Este, salvo melhor juízo, é o parecer que submetemos à consideração superior.

Ibirubá/RS, 27 de fevereiro de 2023.


Eduardo Henrique Krammes,

Assessor Jurídico.

OAB/RS 121.756